

AGRONEGÓCIO DO COCO E DISPUTAS POR TERRA: a Ducoco em território Tremembé (Itarema/CE)

Leandro Vieira Cavalcante¹

Resumo

Busca-se, com este artigo, apresentar um estudo que teve como objetivo principal demonstrar como o agronegócio do coco avança sobre territórios indígenas no litoral oeste do Ceará, mais precisamente no município de Itarema, onde é patente um conflito que se arrasta por décadas, iniciado quando a empresa Ducoco se apossou ilegalmente de terras pertencentes ao povo indígena Tremembé. Evidencia-se, com isso, o debate acerca dos impactos advindos com a expansão do agronegócio no Brasil, ancorado na permanência do latifúndio e no aumento da concentração fundiária, gerando e/ou acirrando toda sorte de conflitos no campo, em especial disputas por terra e por território.

Palavras-chave: Agronegócio, Conflitos por terra, Território indígena.

Introdução

O modelo produtivo do agronegócio se expande no espaço agrário brasileiro na medida em que passa a deter o controle de extensas parcelas de terra, voltadas para a produção em larga escala de monoculturas as mais diversas, como soja, cana-de-açúcar, milho, algodão, café, laranja, coco, banana, melão, manga, uva, açaí, fumo, abacaxi, mamão, dendê, cacau, eucalipto, entre outras. Esse avanço do agronegócio, observado em todas as regiões do país, resulta em intensos conflitos por terra, especialmente em locais de forte tradição da agricultura camponesa. Isso ocorre porque é da própria natureza do agronegócio a expansão da concentração fundiária e a permanência do latifúndio, haja vista que a terra continua sendo o principal recurso a ser explorado pela agricultura capitalista com vias à acumulação de capital. E se a terra é indispensável para a sobrevivência do agronegócio, ela passa a ser apropriada de todas as formas possíveis, independentemente dos significativos impactos gerados aos povos do campo.

Entende-se que o agronegócio representa, a partir da leitura de Oliveira (2004, 2015), Fabrini (2008) e Delgado (2010, 2012), um novo padrão de acumulação do capital no campo, mediante uma ampliação das possibilidades de extração da renda da terra através da permanência do latifúndio e da expansão da concentração fundiária, bem como da agressiva exploração do trabalho e dos recursos naturais, colocando em xeque a reprodução da agricultura camponesa e a resiliência social e ambiental dos territórios que passaram a ser ocupados por

¹ Universidade Estadual do Ceará. E-mail para contato: leandro.cavalcante@hotmail.com

esse modelo de produção. O agronegócio visa, acima de tudo, a obtenção do lucro a qualquer custo, pouco ou nada importando os impactos gerados através da territorialização do capital no campo, responsável por gerar e/ou acirrar inúmeras disputas por terra e por território, em escalas e intensidades as mais variadas, recolocando o debate acerca da questão agrária brasileira novamente no centro das discussões, segundo destacado por Porto-Gonçalves e Alentejano (2009), Cleps Júnior (2010), Delgado (2010, 2012, 2014), Pereira e Alentejano (2014), Porto-Gonçalves et al (2015) e Fernandes et al (2017).

Esse quadro é ainda mais grave e preocupante quando observamos o avanço do agronegócio em territórios indígenas, por exemplo, culminando em expropriações e em sangrentos conflitos no campo. Além de lidar com todo tipo de ameaças, como a pressão exercida por madeireiros e pela construção de grandes obras para extração de minérios e construção de hidrelétricas, os povos indígenas brasileiros se veem ameaçados também pelo avanço do agronegócio sobre seus territórios, especialmente nas regiões que passaram a ser incorporadas pela avassaladora produção de soja que avança rapidamente no Cerrado e na Amazônia. No litoral do Ceará, mais especificamente, é recorrente a ameaça aos territórios indígenas, sobretudo diante da ocupação por empreendimentos turísticos, de geração de energia eólica e de produção de camarão em cativeiro, como observam Lima (2009) e Brannstrom et al (2017). A essas ameaças, acrescemos também o agronegócio do coco, que se expande dentro de áreas indígenas, como também em assentamentos de reforma agrária e demais comunidades camponesas dispersas ao longo do litoral cearense.

O agronegócio do coco vem se expandindo no Ceará sobretudo a partir de meados dos anos 1990, motivado especialmente pela modernização do processo produtivo desse fruto, pelo aumento da demanda por água de coco, seja in natura seja processada, nos mercados nacional e internacional, e pelo crescimento das áreas irrigadas cultivadas com coqueiro da variedade anã, voltadas para a produção de coco verde. Isso levou a uma expansão e atração de grandes empresas, inclusive multinacionais, que passaram a produzir coco no estado, contribuindo para o agravamento dos conflitos por terra diante da ocupação, por essas empresas, de terras camponesas, o que inclui os territórios indígenas. Dentre essas empresas, sobressai-se a Ducoco, uma das principais produtoras de coco do país, instalada nos municípios cearenses de Itapipoca, Itarema e Camocim, e com um histórico de invasão de terras nas comunidades camponesas onde foram instaladas suas fazendas.

Nesse sentido, procuramos com este artigo apresentar um estudo que teve como objetivo principal demonstrar como o agronegócio do coco, especificamente, avança sobre territórios indígenas no litoral oeste do Ceará, mais precisamente no município de Itarema, onde é patente um conflito que se arrasta por décadas, iniciado quando a empresa Ducoco se apossou ilegalmente de terras pertencentes ao povo indígena Tremembé. Através desse estudo, portanto, procura-se evidenciar o modo como o agronegócio do coco se expande no Ceará, atentando especialmente para os conflitos por terra travados no território indígena dos Tremembé, que se encontra no rastro da destrutividade promovida pela territorialização do grande capital no campo, representado aqui pela Ducoco.

A metodologia utilizada considerou sobretudo as seguintes atividades: levantamento bibliográfico sobre a difusão do agronegócio do coco no Brasil e no Ceará, bem como sobre o povo indígena Tremembé; levantamento de dados acerca da produção e exportação de coco e derivados; organização de uma hemeroteca sobre a ocupação das terras pela Ducoco; realização de trabalhos de campo no município de Itarema, em 2012 e 2014, onde vistamos a comunidade dos Tremembé e realizamos entrevistas com lideranças locais a fim de compreender a invasão das terras pela Ducoco e as principais formas de resistência estabelecidas desde então. Inferiu-se que o debate aqui realizado advém de resultados de nossas pesquisas de conclusão de curso e de mestrado (CAVALCANTE, 2013, 2015), ambas realizadas com bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

A expansão do agronegócio do coco no Ceará

O Ceará, historicamente, sempre assumiu um lugar de destaque na produção brasileira de coco, como se pode notar através da análise dos dados do Censo Agropecuário e dos levantamentos anuais da Produção Agrícola Municipal, ambos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De um modo geral, esse cultivo era caracterizado quase que pela absoluta concentração de coqueiros gigantes, voltados para a produção de coco seco, visando abastecer o mercado de coco ralado e leite de coco, por exemplo. Esse cultivo, centrado na variedade de coqueiro gigante, era realizado com técnicas de baixa produtividade, destinadas apenas à manutenção do coqueiral e à continuidade da atividade produtiva, sem muitos gastos extras aos seus produtores. Toda essa produção concentrava-se exclusivamente ao longo do litoral cearense, à cargo sobretudo de agricultores camponeses, cuja venda do coco seco garantia o abastecimento das necessidades básicas da unidade familiar responsável pela

atividade de produção e comercialização desse fruto, que dividia espaço nos sítios camponeses com vários outros cultivos, como feijão e mandioca.

Todavia, esse cenário passa a ser alterado a partir da expansão do chamado “agronegócio do coco”, que guarda características bastante diferentes das observadas na produção camponesa do fruto, indicadas anteriormente, que são desaparecidas completamente. De um modo geral, esse agronegócio do coco vem se caracterizando pela utilização intensiva de tecnologia, sobretudo àquelas voltadas para a irrigação localizada e automatizada dos coqueiros, bem como pelo cultivo essencialmente das variedades de coqueiro anão e híbrido, as mais indicadas para a produção de coco verde, destinado ao consumo de água de coco. Além também de se localizar nas áreas próximas ao litoral, observa-se uma expansão da produção do fruto em direção ao semiárido cearense, especialmente em grandes perímetros irrigados. Nota-se, ainda, grandes produtores e empresas investindo fortemente no cultivo de coco, contribuindo para expandir as áreas de produção e ampliar a quantidade produzida com o fruto.

Observa-se, com isso, a coexistência, muitas vezes não harmoniosa, de dois distintos modelos de produção de coco no Ceará. Um, de base camponesa, assentado no minifúndio e na policultura, voltado para a reprodução da unidade familiar. Outro, de base essencialmente capitalista, assentado no latifúndio e na monocultura, voltado para a acumulação de capital. Nesse sentido, fica evidente a distinção existente entre o sistema agrícola do campesinato e o sistema agrícola do agronegócio, conforme afirmam Fernandes e Welch (2008, p. 49). Para os autores, no sistema agrícola do campesinato, a biodiversidade, a predominância do trabalho familiar e a produção em pequena escala são as principais referências; por sua vez, no sistema agrícola do agronegócio, a monocultura, o trabalho assalariado e a produção em larga escala são as principais características, como também observado na produção de coco.

A maior parte da produção de coco realizada no Ceará concentra-se no Litoral Oeste (imagem 01), uma região de forte tradição da agricultura camponesa, assentada não só no cultivo desse fruto, como também na produção de feijão, de mandioca, de caju, entre outros, em muitos casos complementadas com a atividade da pesca. O coco é, por excelência, a principal atividade agrícola da região, e é da venda desse fruto (seja ele verde ou seco) que as famílias obtêm grande parte de seus rendimentos advindos com a agricultura. Trata-se de uma região onde se localizam vários assentamentos de reforma agrária, comunidades pesqueiras, comunidades de agricultores familiares e territórios indígenas, mas também concentra grandes

fazendas voltadas sobretudo para a produção de coco, que ocupam centenas de hectares e que disputam as terras e os territórios dos agricultores camponeses.

Imagem 01. Localização dos municípios que compõem o Litoral Oeste, a principal região de produção de coco do Ceará.



Fonte: Cavalcante (2015).

Como já relatado, com o advento do agronegócio do coco expandiu-se o número de empresas que passaram não só a fazer o processamento industrial desse fruto, mediante a fabricação de coco ralado e leite de coco, como também a cultivar coco, ampliando a quantidade de fazendas instaladas na região. Todas as principais empresas que atuam no ramo do coco no Ceará são encarregadas tanto por produzir quanto por processar os frutos, e muitas delas também estão voltadas para o processamento da água de coco, agora comercializada em caixinhas de papelão e destinadas a atender as crescentes demandas dos mercados nacional e, sobretudo, internacional. Juntas, essas empresas concentram centenas de hectares cultivados com coqueiros, e possuem uma articulada rede de fornecedores, visto que elas adquirem diariamente uma grande quantidade de frutos fornecidos por inúmeros outros produtores, inclusive com agricultores camponeses.

Dentre as principais empresas que atuam no setor no Ceará, propagando o agronegócio do coco, citamos: Ducoco (segunda maior empresa do Brasil), Cohibra (principal empresa de pesquisa agrícola na área do coco), Paragro (maior exportadora de água de coco do país), Adel Coco (que produz sobretudo coco ralado e leite de coco) e Bom, Iolla, Unique, Meripobo e Del Monte (empresas agrícolas de posse de portugueses, espanhóis, ingleses, austríacos e estadunidenses, respectivamente). São empresas que promovem significativos impactos na organização da agricultura camponesa, ao regularem a produção dos pequenos produtores, na

divisão social e territorial do trabalho e na configuração da estrutura agrária, diante da quantidade de hectares que possuem. Esses impactos são ainda mais graves quando há casos de disputas por terra e por território, por exemplo, como os ocasionados pela Ducoco.

Ducoco e a territorialização do capital

De todas as empresas que atuam no agronegócio do coco no Ceará, o destaque vai, sobremaneira, para a Ducoco, se tratando da segunda principal empresa do setor no país, atrás apenas da Sococo, de Alagoas. Apesar de possuir uma atuação bastante significativa em todo o território nacional, trata-se de uma empresa fundada no Ceará, onde ainda se localizam suas fazendas e uma unidade de processamento industrial. Em atuação desde o final da década de 1970, ela foi uma das pioneiras no país a cultivar coco em larga escala para atender as demandas do mercado e a utilizar modernas técnicas de irrigação localizada e automatizada, inaugurando os primeiros esboços que dariam origem ao atual modelo do agronegócio do coco. Aos poucos a Ducoco viu seu “império territorial” ser acrescido, bem como assistiu o crescimento do mercado para seus produtos, assumindo com isso um lugar de destaque no cenário produtivo do coco no Brasil, conforme discorreremos em Cavalcante (2015, 2016).

Segundo informações obtidas no decorrer do nosso processo de investigação, desde 1979 essa empresa vinha investindo na produção agrícola de coco, cujos frutos eram revendidos para outras empresas de alimentos. Posteriormente, em 1982, é lançada a marca “Ducoco” e se passou a investir também no ramo industrial, com a inauguração de sua primeira indústria, no município de Itapipoca. Trata-se de um empreendimento familiar, ligado à família Pinheiro, fundadora e administradora da empresa, que também possui negócios no setor financeiro e detém o controle de inúmeros bancos, como o Banco Pine, o Banco Brickell e o FPB Bank. Desde sua fundação, a Ducoco vem passando por inúmeras reestruturações, mediante investimentos na aquisição de empresas concorrentes (como a Cocosa e a Menina, de posse dos ex-governadores cearenses Aduino Bezerra e Tasso Jereissati, respectivamente) e na construção de novas unidades industriais, incorporação de fazendas, desenvolvimento de novos produtos, inserção em mercados distribuídos por todo o país e também no exterior, consolidando seu projeto de territorialização do capital também na atividade produtiva do coco.

Atualmente a empresa possui sete fazendas voltadas para a produção de coco, localizadas nos municípios cearenses de Itapipoca, Itarema e Camocim, duas unidades de processamento industrial, instaladas em Itapipoca e em Linhares (no Espírito Santo), e um escritório

administrativo sediado na cidade de São Paulo. Inicialmente especializada na produção de leite de coco e coco ralado, hoje a Ducoco tem como carro-chefe o processamento de água de coco, armazenada em caixinhas de papelão e voltadas para abastecer os promissores mercados nacional e internacional. Infere-se que o desenvolvimento econômico alçado pela Ducoco não teria se efetivado se não fosse o aparelhamento de uma forte estrutura de poder que lhe desse suporte, baseada especialmente ampliação do latifúndio e na monopolização da produção de pequenos produtores que atuam como seus fornecedores, através da conjunta concentração de terra e de capital por parte da empresa.

Mediante a territorialização do capital promovida pela Ducoco, atualmente a empresa detém o controle direto sobre 4.000 hectares, cultivados com aproximadamente 300 mil coqueiros, sobretudo da variedade híbrida. Além disso, a Ducoco configura-se como uma das empresas do agronegócio que mais possuem terras no Ceará, detendo 10 mil hectares declarados, muitos dos quais ocupados por áreas de mata nativa e dunas que funcionam como reserva de valor para futuros investimentos. Essa grande quantidade de terras veio sendo incorporada aos poucos, seja através da aquisição de fazendas com antigos proprietários, a exemplo dos ex-governadores Aduino Bezerra e Tasso Jereissati, esse último um dos primeiros a investir no desenvolvimento do agronegócio do coco no Ceará, seja a partir de invasões de terras camponesas, como observado na comunidade indígena dos Tremembé, em Itarema, e nos atuais assentamentos Maceió, em Itapipoca, e Lagoa dos Mineiros, também em Itarema.

Não há informações disponíveis acerca da área total ocupada por cada uma das fazendas e nem acerca de suas localizações, mas basta ir aos municípios de Itapipoca, Itarema e Camocim que facilmente é possível avistar algumas delas, em virtude das grandes proporções de terras ocupadas por essas fazendas e da homogeneização provocada na paisagem em razão da supremacia da monocultura do coco com seus milhares de coqueiros plantados. Na sequência inserimos duas fotos dessas fazendas da Ducoco; na primeira delas (imagem 02), em Itarema, é possível termos uma pequena ideia da forma de disposição dos coqueiros e da organização de suas fazendas; enquanto que na segunda (imagem 03), em Itapipoca, notamos a existência de placas com o intuito de coagir a entrada de “pessoas não autorizadas” que porventura possam ameaçar a manutenção da estrutura fundiária da empresa, além de indicar a “propriedade privada” dessas terras, deixando bem claro quem detém a sua posse.

Imagens 02 e 03 – Fazendas da Ducoco instaladas em Itarema e Itapipoca (Ceará).



Fonte: Cavalcante, 2014.



Fonte: Cavalcante, 2014.

Nesse sentido, destaca-se que a difusão do agronegócio do coco pelo Ceará, além de ampliar o quadro de concentração fundiária, através da aquisição de extensas parcelas de terra pelas grandes empresas do setor, vem contribuindo sobremaneira para agravar o quadro de conflitos por terra a partir da atuação rentista dessas empresas, que se reproduzem também a partir da aquisição e/ou invasão de terras. Nota-se, no entanto, que esse processo é observado em todo o país mediante a expansão do agronegócio, conforme apontam Fabrini e Roos (2014), se referindo aos “conflitos territoriais entre o campesinato e a agronegócio latifundiário”, sendo cada vez mais evidente que essa associação entre agronegócio e latifúndio vem contribuindo enormemente para elevar a quantidade e a intensidade desses conflitos. Assim, a Ducoco, ao longo de seus 30 anos de atuação, não deixou de se envolver em uma série de conflitos das mais diversas naturezas, sendo a invasão do território Tremembé o caso mais elucidativo e com as maiores repercussões, diante de sua gravidade.

O povo e o território Tremembé

Antes de apresentar como se deu a invasão do território Tremembé pela Ducoco e os principais rebatimentos observados desde então, cabe indicar algumas características inerentes a esse povo indígena. Os Tremembé são um grupo étnico indígena que atualmente estão localizados em três municípios cearenses: Itarema, Itapipoca e Acaraú (imagem 01). Em Itarema, um dos principais pontos de concentração dos indígenas é o distrito de Almofala, onde estão distribuídos em três comunidades principais: Batedeira, Varjota e Tapera, ambas localizadas no vale do rio Aracati-Mirim. Nessa localidade, habitam áreas da faixa litorânea, dunas, mangue, planície fluvial, córregos e lagoas, todas nas proximidades do litoral e do

supracitado rio, onde realizam suas atividades produtivas e manifestações culturais, como o torém, uma dança característica dos Tremembé.

Somente em Almofala residem aproximadamente 2.500 pessoas, que sobrevivem principalmente da pesca e da agricultura e mantêm pequenos roçados plantados com mandioca, milho e feijão, visando o próprio consumo, além de uma importante produção de coco (imagens 04 e 05), voltada para o consumo e para abastecer o mercado de coco seco (o que inclui a Ducoco). Na comunidade, o coqueiro representa uma forma de preservar as tradições dos antepassados, responsáveis por difundirem a produção e o consumo do fruto, base da alimentação local, juntamente com o peixe e a mandioca. Como os Tremembé são um povo que sobrevivem especialmente da agricultura e da pesca, bem como do artesanato, a terra e o mar acabam representando o substrato que garante a reprodução dos meios indispensáveis para sua sobrevivência, através de uma forte vinculação com o meio-ambiente e com o território, baseada no respeito e nas trocas mútuas estabelecidas entre homem e natureza, segundo demonstram Sampaio et al (2002), Oliveira Júnior (2006) e Guilherme, Félix e Jacinto (2014).

Imagens 04 e 05 – Plantios de coqueiros no território indígena Tremembé de Almofala (Itarema/CE).



Fonte: Cavalcante, 2014.



Fonte: Cavalcante, 2014.

Santos e Oliveira (2012), bem como Araújo (2015) e Vasconcelos (2015), indicam que a dimensão e a reafirmação do território pelos Tremembé é algo que acompanha todo o seu processo de luta pela terra e de reconhecimento de sua ancestralidade indígena. Santos e Oliveira (2012, p. 36) asseguram ainda que o território pode ser dimensionado no ambiente que habitam e na luta pela posse da terra, reafirmado na resistência do povo Tremembé, que vê a terra como um bem coletivo, designada a satisfazer as necessidades da comunidade como um todo, não podendo ser apropriada para usos individuais, como o faz a Ducoco. Nesse mesmo sentido, Vasconcelos (2015) também vai afirmar que o território é uma categoria fundamental

para a compreensão do povo Tremembé, bem como dos demais povos indígenas brasileiros, em virtude das lutas e resistências travadas face às ameaças de tomada de seus territórios.

De acordo com Messeder (1995), há tempos os Tremembé lutam pela demarcação de seus territórios e pela manutenção e valorização de suas identidades indígenas, como também evidenciam Valle (1993, 2011), Porto-Alegre (2000), Nascimento (2009), Borges (2010), entre outros. Diante de uma grande pressão política e empresarial sobre esse território, ainda não há uma homologação efetiva da “Terra Indígena Tremembé de Almofala”, sendo que atualmente o processo encontra-se parado desde 2010, após essa terra ser legalmente reconhecida em 1993, porém ainda não oficializada do ponto de vista jurídico. Essa demora do processo de homologação da terra indígena de Almofala decorre especialmente da pressão exercida pela Ducoco, como será destacado posteriormente. Com isso, há todo um movimento tanto de manutenção da identidade indígena quanto de demarcação do território, diante das constantes ameaças de empreendimentos do grande capital que tentam se apropriar desse território.

A Ducoco em território Tremembé: invasão e disputa por terra

A presença da Ducoco em território Tremembé já dura mais de 30 anos, uma vez que esse conflito se desenrola desde meados da década 1980, quando a empresa chega em Itarema e aí instala uma de suas maiores fazendas, levando à expropriação dos indígenas que há séculos habitavam o local, dando início a uma violenta disputa pelas terras e a inúmeros processos judiciais que ainda não conseguiram dar fim a tal impasse. Visitamos a região dos conflitos em duas ocasiões distintas², quando foi possível ver de perto a realidade na qual estão inseridos os Tremembé e observar o poderio da Ducoco sobre as comunidades nas quais vivem os indígenas, especialmente a partir da realização de entrevistas com lideranças locais, incluindo o cacique. Em Almofala, as investidas da Ducoco se deram sobre os territórios localizados nas comunidades de Varjota e Tapera (imagem 05).

Conforme assegura Porto-Alegre (2000), e segundo relataram os indígenas entrevistados, o conflito entre os Tremembé e a Ducoco teve início em 1979, três anos antes da criação oficial da empresa. Segundo consta, em 1979 duas fazendas localizadas nas comunidades Varjota e Tapera foram vendidas aos donos da Ducoco³, fazendas essas instaladas ao lado da área indígena e utilizadas pela população local para caça, colheita de frutos e

² Durante os trabalhos de campo realizados em novembro de 2011 e em abril de 2014.

³ De acordo com o cacique entrevistado, o primeiro dono de uma dessas fazendas foi Tasso Jereissati, que depois vendeu essa fazenda para outros proprietários, que em seguida a revenderam para a Ducoco.

pequenos plantios. Além disso, extensas áreas pertencentes a essas duas comunidades foram irregularmente incluídas na transação, como afirmam Messeder (1995) e Matias, Santos e Jacinto (2014), mesmo já ocupadas há séculos pelos indígenas. Atualmente, a Ducoco tem nessa região um de seus maiores plantios de coqueiros (já indicado na imagem 02).

Ao se apossar das terras, a Ducoco expulsou imediatamente todas as famílias residentes na Tapera, sob a alegação de que essa localidade estava incluída na transação comercial. Segundo o cacique, existem aproximadamente 1.400 hectares ocupados pela Ducoco, o suficiente para provocar um conflito sem precedentes na história dessa etnia, e de onde dezenas de famílias retiravam seu sustento antes da invasão pela empresa. Em entrevista a Messeder (1995, p. 86), um antigo morador que presenciou a chegada da Ducoco relatou como foi o processo de expulsão das terras da Tapera e a destruição do que já existia, reafirmando o caráter destrutivo dessa investida:

Aí quando demo fé, o home vendeu a terra, vendeu a terra e, e lá chegou e a firma [Ducoco] veio, e aí a gente ficou logo assustado e aí ele butou logo na gente prá acabar com as criação, os cercado e a gente de nada sabia e até que acabou mermo, cabou tudo, com tudo, tudo, tudo [sic].

“Eles utilizaram máquinas para derrubarem as casas de famílias, destruíram plantações, e os capangas ameaçavam às famílias com rifles para que elas desocupassem a terra”, segundo afirmam Matias, Santos e Jacinto (2014, p. 21). Nascimento (2009, p. 179) também apresenta um relato da invasão do território Tremembé pela Ducoco, expressando o desrespeito no qual foram tratados os indígenas pela empresa:

Instalada, a empresa revela a que veio, expulsou as famílias [...]. Seus tratores devastaram a vegetação nativa e os antigos caminhos que ligavam as casas, aprisionou a terra e as lagoas com suas cercas e seus vigias executavam a ordem de matar os animais de criação e de arrancar das mãos dos homens suas foices, enxadas e qualquer instrumento de trabalho. Numa inversão perversa, os Tremembé são tratados pela Ducoco como invasores na sua própria terra. [...]. Quando nada podia ser pior, o sono das famílias foi despertado pelas chamas do fogo, a casa de palha virou cinza com quase tudo que tinham.

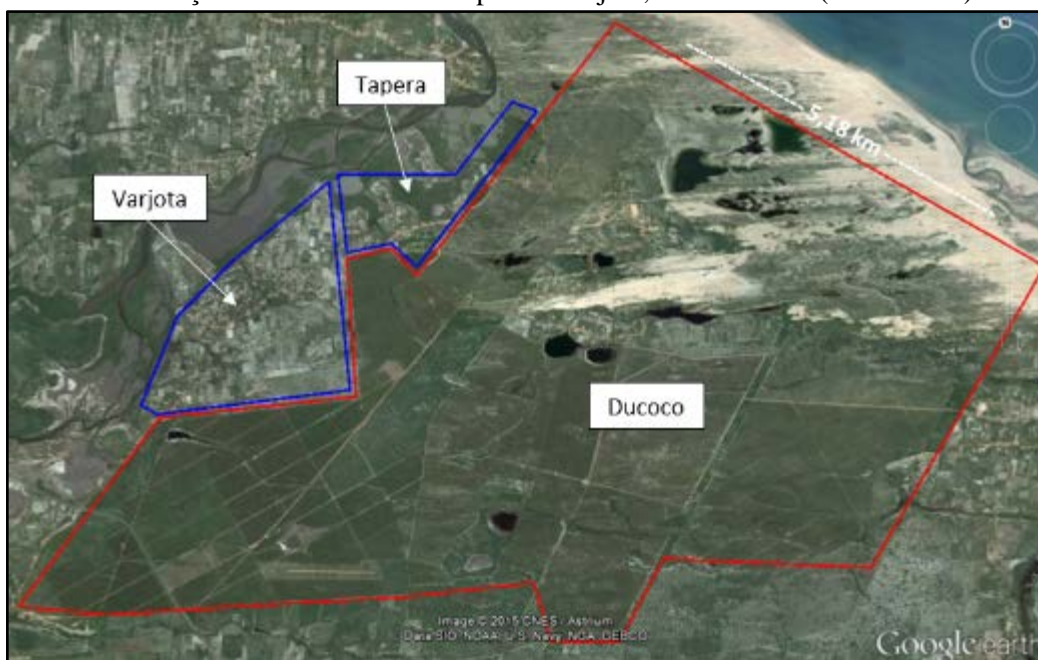
Porto-Alegre (2000) destaca que, tendo suas moradias destruídas, uma parte dos habitantes da Tapera foi fixar-se junto aos parentes na Batedeira e na Varjota, enquanto outros ficaram próximos de onde já estavam, formando um aglomerado precário hoje conhecido como Vila Ducoco, uma faixa alagadiça de mangue, imprópria para a agricultura, localizada entre o rio Aracati-Mirim e as cercas colocadas pela empresa. A Vila Ducoco é atualmente um dos principais focos de resistência dos Tremembé da Tapera, que presenciaram a violenta ocupação de grande parte de seu território. Esses indígenas ficaram privados das principais fontes de

sustento, já que foram proibidos de caçar, criar animais e plantar nas terras agora de posse da Ducoco, impedidos até mesmo de atravessar essas terras e chegar a outras localidades onde havia indígenas, o que ocasionou uma verdadeira fragmentação de seus territórios, “isolando toda a comunidade, desestruturando a luta e a vivência desses povos”, como relatou o cacique.

Antes da invasão, vivíamos tranquilos, porque tínhamos nossas matas de onde tirávamos caças, frutas, mel silvestre, plantas e raízes que serviam para curar as doenças; era também dessa mata que tirávamos madeira para construirmos nossas casas. Nós éramos livres para colocar nossas casas onde achássemos melhor, fazer nossas plantações, pescarias, coletas de frutas e caçadas. [...] Com a invasão feita pela Ducoco, tudo foi mudando. (MATIAS, SANTOS; JACINTO, 2014, p. 16).

Na imagem 05, abaixo, podemos observar a região onde se dão as investidas da Ducoco no território dos Tremembé. As localidades da Varjota e da Tapera ocupavam áreas muito maiores do que as que ocupam atualmente, sobretudo a Tapera, hoje resumida a um pequeno núcleo, a Vila Ducoco, formado por 150 famílias. Uma parte importante da área da fazenda da Ducoco era anteriormente ocupada por esses indígenas, especialmente as áreas de dunas e lagoas. De acordo com Nascimento (2009, p. 178), a Ducoco entrou nas terras dos Tremembé escondendo sua face invasora sob a máscara de promotora do progresso e portadora de benefícios para a comunidade, mediante promessa de empregos, estradas, escolas e hospitais, jamais por ela construídos. A autora revela ainda que a máscara da empresa foi caindo à medida que se revelava opressora e violenta na usurpação dos bens e exploração da força de trabalho.

Imagem 05 – Local onde se dão as investidas da Ducoco em território Tremembé e indicação da localização das comunidades Tapera e Varjota, em Almofala (Itarema/CE).



Fonte: Google Earth, 2015. Adaptação: Cavalcante, 2015.

Segundo o cacique, no começo eram inúmeras as proibições, e todo e qualquer indígena era impedido de entrar nas terras, ficando sem pescar, caçar, plantar, pegar lenha e coletar frutos dentro das fazendas da Ducoco, onde havia capangas armados para evitar que isso acontecesse. Passados alguns anos, depois de processos judiciais e após muita pressão exercida pelos indígenas, mesmo apesar das constantes ameaças e coerções da Ducoco, os Tremembé obtiveram o direito de entrar nas fazendas da empresa, tanto para ter acesso ao outro lado da comunidade, como para pescar em uma lagoa existente dentro dessa área, em dias e horários predeterminados, pegando uma quantidade de peixe limitada, e ainda para retirar lenha e colher murici (um fruto) em uma área ainda não ocupada pelos coqueirais.

Além disso, muitos dos indígenas reunidos na Vila Ducoco, sem ter como plantar e tirar seu sustento da agricultura, tiveram que se proletarizar e trabalham desde esse período nas fazendas da Ducoco. Tais trabalhadores recebem “como pagamento quantias irrisórias que mal contribuem para o sustento doméstico. Além disso, o assalariamento costuma ser apenas sazonal” (PORTO-ALEGRE, 2000, p. 13), mas há também um grupo de indígenas que trabalha para a Ducoco de carteira assinada. Alguns desses funcionários atuam como vigias, coibindo a entrada dos moradores da Vila Ducoco nas terras da empresa, “o que acaba botando índio contra índio, desestabilizando completamente a luta, já que alguns são a favor da Ducoco, porque ela lhes dá trabalho”, como assegurou o cacique⁴.

A Ducoco só tentou invadir as terras da comunidade da Varjota em 1982, porém a ocupação foi impedida pelos indígenas lá residentes, os quais entraram com um processo judicial contra a empresa (PORTO-ALEGRE, 2000). Os Tremembé da Varjota, desde a ocupação da Tapera, viram a necessidade de uma organização política mais efetiva, capaz de responder às pressões sobre seu território, conforme destaca Messeder (1995). O processo movido contra a Ducoco deu um parecer favorável aos indígenas, que obtiveram em 1984, por usucapião, a posse de parte das terras que a empresa tentou invadir (um total de 390 hectares), sucesso não observado na Tapera. A luta travada pelos Tremembé da Varjota, agora bem mais

⁴ Nascimento (2009) e Matias, Santos e Jacinto (2014) também chamam atenção para a problemática da migração de indígenas, que deixaram permanentemente a comunidade e foram morar em outros locais, como nos centros urbanos, sobretudo de Fortaleza. Isso ocorreu especialmente em virtude da invasão da Ducoco, que privou os indígenas do acesso à terra, implicando na perda de suas possibilidades de reprodução dentro do território indígena e os obrigando a buscar melhores condições de vida em outros locais.

articulados e cientes de que necessitavam resistir e lutar por seus direitos, contou com o apoio de alguns setores da Igreja Católica, entre eles a Comissão Pastoral da Terra.

A Ducoco em território Tremembé: lutas e resistências

Desde o início desse conflito, diversas investidas de intimidação aos Tremembé foram empreendidas pela Ducoco. De acordo com o cacique: “essa é uma briga silenciosa, a empresa não quer muito alarde não, e por isso mesmo nunca existiram grandes conflitos abertos. Mas, mesmo assim, sempre ocorreram ameaças de morte, de ambas as partes”. Uma das investidas da empresa, por exemplo, ocorreu na área da Varjota e foi realizada por homens fortemente armados que rondavam a comunidade. Esse fato, conforme conta Messeder (1995, p. 89),

[...] ocorreu durante o dia e assustou as crianças, que estudavam na escola e saíram correndo desesperadas; os homens foram chamados às pressas, e vieram das roças com foices e enxadas. O pânico foi geral. Um dos líderes Tremembé aproximou-se do representante da DUCOCO e perguntou-lhe qual a razão de tantos homens e armas. Segundo ele, era para dar proteção ao trator, máquina muita cara.

Há atualmente na Ducoco um grupo de homens armados fazendo a “segurança” da fazenda. Diante de toda essa segurança, um dos líderes Tremembé se pergunta: “Se só tem coco nas fazendas, porque a gente não pode entrar? O que estão escondendo?”. A Ducoco barra a maior parte das tentativas de entrada dos Tremembé na fazenda, com algumas poucas exceções, asseguradas judicialmente. O único modo de chegar à Vila Ducoco, por terra, é passando por dentro da fazenda da empresa, que já chegou a proibir a passagem de um caminhão de alimentos que seguia em direção à comunidade e que teria que passar pelas suas terras. Apesar disso, segundo assegura Porto-Alegre (2000, p. 11),

Os Tremembé apresentam uma tenaz resistência a sair de suas terras, o que levou a um confronto permanente com os grandes proprietários e seus representantes locais. [...] A exacerbação do processo de expulsão já então estava associada à deflagração da mobilização política da identidade: "Esta identidade é fundamentalmente ligada ao sentimento de origem no que diz respeito às terras locais [...].

Em 1986, alguns anos depois da primeira invasão, missionários começaram a visitar as comunidades dos Tremembé de Almofala e desde esse período contribuem com sua organização política, auxiliando-os na luta pela demarcação das terras e pela retirada da Ducoco das terras já invadidas e contribuindo também para preservar as identidades da etnia. No mesmo ano, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) chegou nas comunidades para um primeiro reconhecimento do território dos Tremembé. Porém, somente em 1992 é que foi finalmente

assinada uma portaria pela FUNAI autorizando a criação de um grupo de trabalho de identificação e delimitação da Terra Indígena Tremembé de Almofala⁵, totalizando 4.900 hectares, que incluem as áreas da Tapera e da Varjota ocupadas pela Ducoco, tanto as que foram invadidas como as que foram compradas de antigos moradores.

Por sua vez, em 1993 a proposta de identificação e delimitação da Terra Indígena Tremembé foi aprovada pela FUNAI, que encaminhou o processo ao Ministério da Justiça. Contudo, no mesmo ano a Ducoco entrou com ações judiciais contra a FUNAI contestando a demarcação das terras e pedindo a garantia de sua posse, alegando que os indígenas não teriam tradição histórica naquela área, conforme aponta uma matéria publicada no Jornal do Comércio⁶. Sem terem sido completamente julgadas, essas ações se desenrolam lentamente ao longo dos últimos anos na Justiça, e diversos processos são encaminhados respectivamente pela Ducoco e pela FUNAI/Tremembé. De acordo com o cacique, já ocorreram três grandes audiências, e a Ducoco sempre perde e em seguida entra com recurso anulando os resultados; a primeira delas foi realizada em Recife, e as outras duas em Brasília, tendo sido a última em uma das instâncias do Supremo Tribunal Federal, onde ficou decidido que a área ocupada pela Ducoco pertence, de fato e de direito, aos indígenas.

Em tramitação na justiça, o processo de demarcação das terras ainda não foi completamente finalizado, faltando apenas a conclusão de uma outra perícia antropológica na área para serem concluídos os trabalhos, já que a primeira perícia foi anulada por pressão da Ducoco, que alegou a confiabilidade da mesma. Dos 4.900 hectares contestados pelos Tremembé para serem demarcados, 30% está ocupado pela Ducoco. Podemos observar na imagem seguinte a área total contestada pelos Tremembé para ser demarcada, divulgada pelo Instituto Socioambiental, através do projeto “De Olho nas Terras Indígenas”⁷. No entanto, destaca-se que a comunidade sofre ameaças de ocupação de seu território por diferentes outros empreendimentos, além da Ducoco, como por empresas de geração de energia eólica, de criação de camarão em cativeiro e de investimentos turísticos e imobiliários, segundo já relatamos.

⁵ Fonte: <http://goo.gl/Aj8dcV>, Instituto Socioambiental, “Tremembé – Mobilização política e situação jurídica da terra”, matéria de 2005 e acessada em 20/11/14.

⁶ Fonte: <http://goo.gl/LBfwuP>, Jornal do Comércio, “Índios disputam terras com indústrias do Ceará”, matéria do dia 24/09/99 e acessada em 20/11/11.

⁷ Disponível em <http://ti.socioambiental.org/pt-br/#!/pt-br/terras-indigenas/3979>.

Imagem 06 – Área total contestada pelos Tremembé para ser demarcada.



Fonte: Instituto Socioambiental, 2005.

A Ducoco em território Tremembé: dimensões do conflito

Assim, e como já indicado, ainda hoje os Tremembé aguardam pela demarcação de suas terras e resistem, bravamente, à invasão de terras não ocupadas pela Ducoco, que conta com apoio de diversos políticos bastante influentes em Itarema. “Os políticos de Itarema são todos contra os índios”, indicou o cacique, afirmando que há um interesse político muito grande na não demarcação das terras. Já os Tremembé contam com o apoio de pesquisadores de algumas universidades, como das Universidades Federal e Estadual do Ceará, além da atuação direta da FUNAI, da Igreja Católica/Comissão Pastoral da Terra, das Igrejas Metodista e Presbiteriana, do Ministério Público, da Polícia Federal, da Procuradoria Geral da União, do Conselho Indígena Tremembé de Almofala e da Associação Missão Tremembé. A resistência dos Tremembé é (re)feita continuamente, e a luta por seus territórios é travada diariamente.

O cacique afirma: “A Ducoco tem plena consciência de que as terras são dos índios e que uma hora a empresa vai ter que sair; ela não é dona dessas terras, elas são nossas, do povo Tremembé”. O indígena ainda argumenta: “Um dia nós vamos tomar de volta, isso é certo... nós vamos recuperar o que é nosso. Moramos aqui desde que nascemos, assim como nossos avós e bisavós, temos muita história com a terra”. Esse relato demonstra o quanto os indígenas estão confiantes da recuperação de suas terras. Assim, dessa maneira, a luta dos Tremembé

continua, e não somente pela demarcação de seu território e pela retomada das terras ocupadas pela Ducoco, mas sobretudo pela preservação de suas identidades.

E além de lidarem com a invasão das terras, os Tremembé também sofrem com a grande quantidade de agrotóxicos que a Ducoco usa nos coqueirais. Eles temem que o rio que abastece todas as comunidades, o Aracati-mirim, esteja contaminado com os agrotóxicos usados pela empresa: “tomamos água do rio! Se o solo é contaminado o rio também é”, afirma um indígena. Além do risco iminente de contaminação, segundo um dos Tremembé entrevistados, alguns indígenas que trabalham na Ducoco já chegaram a ficar doentes devido ao contato frequente com os agrotóxicos aplicados no coqueiral, que contaminam os frutos, os trabalhadores e todo o ambiente, a exemplo do solo e do lençol freático. O trabalho realizado por Rigotto e Braga (2012) evidencia as precárias relações de trabalho dos Tremembé nas fazendas da Ducoco, bem como os casos de contaminação pelo uso de agrotóxicos que são aplicados pelos trabalhadores nos coqueiros, a mando da empresa - o uso de agrotóxicos aplicados manualmente ocorre durante a noite: são dois “banhos” no coqueiro, um de cada lado.

Os Tremembé remetem-se à empresa como “nosso maior mal” e “desgraça” ou como um “terror”: “eu não conheço um terror no mundo igual *a essa empresa* pra nós” (Pajé). A própria perda simbólica da liberdade em seu próprio território faz parte deste “mal”. E permite-nos compreender a estreita relação entre a perda de liberdade e a denúncia de “trabalho escravo”, como resistência ao processo de produção da empresa, que altera a reprodução social local, inclusive trazendo a percepção de que “viver preso é mais difícil”, como afirma uma Tremembé, porta-voz dos seus pares. (RIGOTTO; BRAGA, 2012, p. 202).

Em matéria publicada no Jornal O Povo⁸ em 2011, um dirigente da Ducoco, se referindo ao conflito com os Tremembé, diz que: “A gente tenta a convivência mais amistosa possível. Somos adversários, não somos inimigos. Temos pontos divergentes e pontos convergentes”; o dirigente critica ainda o fato dos Tremembé terem muita dificuldade para compreender que o desenvolvimento local está ligado ao próprio desenvolvimento da empresa. Além disso, a Ducoco assume uma postura contraditória às suas próprias práticas, levantando falsas bandeiras, como pudemos observar ao analisar seus perfis nas redes sociais⁹, onde são comuns postagens em defesa do meio-ambiente e dos direitos das comunidades indígenas, demonstrando que a empresa assume a clara intenção de mudar a sua imagem e aparecer aos

⁸ Fonte: <http://goo.gl/7Lmq2j>, Jornal O Povo – “Disputa em Almofala 25 anos de conflito”, matéria do dia 19/06/10 e acessada em 20/11/11.

⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/ducoco/>.

seus consumidores como uma empresa preocupada com a causa indígena, produzindo um discurso ideológico que muito lhe favorece.

Considerações finais

A partir do exposto, fica evidente que a expansão do agronegócio do coco pelo Ceará vem sendo muito prejudicial a uma enorme quantidade de sujeitos, que estão no rastro da destrutividade do capital no campo, atuando com muita força no sentido de viabilizar seu projeto de acumulação capitalista através da exploração do trabalho e dos recursos naturais, se utilizando de todos os artifícios possíveis para atingir esse objetivo, até mesmo invadindo e expropriando comunidades inteiras. O embate entre a Ducoco e os Tremembé é apenas um muitos dos conflitos envolvendo o poderio devastador do agronegócio latifundiário sobre comunidades indígenas e camponesas espalhadas pelo país, muitas das quais que também estão no rastro da expansão da monocultura do coco. Isso evoca o caráter predatório do agronegócio, um modelo de produção que não tem respeito para com os sujeitos, o território e a natureza, gerador de pobreza e de vulnerabilidade social, territorial e ambiental.

É importante observar as formas de atuação do grande capital no campo, além de denunciar e se questionar acerca de seus impactos, possibilitando ampliar a compreensão de como as empresas do agronegócio fazem um uso corporativo do território e ao mesmo tempo conseguem submeter populações inteiras aos seus interesses, pouco ou nada importando suas consequências. Descortinar as formas pelas quais vêm se dando a territorialização do agronegócio é também uma maneira de fomentar inclusive as diversas estratégias de resistência, sendo que uma delas passa pelo próprio boicote ao consumo dos produtos de empresas que estejam envolvidas em conflitos por terra e em violações aos direitos humanos e do ambiente, por exemplo. Dessa forma, é fundamental termos a consciência que ao adquirir produtos da Ducoco estaremos contribuindo para que a empresa continue suas investidas no território dos Tremembé, isso porque adquirir produtos Ducoco é uma das formas de financiar e de assegurar as investidas da empresa, favorecendo seu projeto de acumulação de terra e de capital.

Ademais, infere-se que ao olharmos para a resistência do povo Tremembé face ao poderio da Ducoco, fica nítido que quando um conflito mostra sua face mais perversa, a resistência surge como a força motriz que move a luta por direitos, por terra e por território. É a resistência e a crença num futuro melhor que alimentam a luta do povo Tremembé e sua esperança para retomar as terras que foram invadidas pela Ducoco. É através da luta por terra e

por território que os Tremembé vão construindo suas identidades, a fim de mantê-las e valorizá-las diante das várias ameaças contra esse povo, já calejado de tanta marginalização e tentativas de minimizar suas lutas. Isso ocorre porque é somente a luta que garante acesa a chama da esperança que é contagiante entre esses indígenas, e é apenas através da luta que os direitos dos Tremembé serão assegurados, bem como de toda comunidade que se vê ameaçada diante do poder devastador do agronegócio latifundiário que se expande pelo Brasil.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Maria de Souza. **Contribuição indígena Tremembé no processo de formação socioespacial do Ceará**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Vale do Acaraú: Sobral, 2015.

BORGES, Joina Freitas. **Senhores das dunas e os adventícios d'além-mar: primeiros contatos, tentativas de colonização e autonomia Tremembé na costa leste-oeste (Século XVI e XVII)**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense: Niterói, 2010.

BRANNSTROM, Christian et al. Is Brazilian wind power development sustainable? Insights from a review of conflicts in Ceará state. **Renewable & Sustainable Energy Reviews**, v. 67, p. 62-71, 2017.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. **Os circuitos espaciais e os círculos de cooperação da produção de coco no Litoral Oeste do Ceará**. Monografia (Graduação em Geografia). Universidade Estadual do Ceará: Fortaleza, 2012.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. **A nova geografia do coco: reestruturação produtiva, territorialização do capital e dinâmicas socioespaciais**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará: Fortaleza, 2015.

CAVALCANTE, Leandro Vieira. O agronegócio do coco e a territorialização do capital. In: **Anais do XXIII Encontro Nacional de Geografia Agrária - ENGA**, Aracaju, 2016.

CLEPS JUNIOR, João. Questão agrária, Estado e territórios em disputa: os enfoques sobre o agronegócio e a natureza dos conflitos no campo brasileiro. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SANTOS, Roseli Alves dos (Orgs.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento**. São Paulo: Expressão Popular, p. 35-54, 2010.

DELGADO, Guilherme. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora da UNESP, p. 81-112, 2010.

DELGADO, Guilherme. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DELGADO, Guilherme. Questão agrária hoje. **Reforma Agrária**, São Paulo, ano 35, v. 1, n. 2, p. 27-40, 2014.

FABRINI, João Edmilson. Agronegócio e latifúndio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 1, p. 35-62, 2008.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni. **Conflitos territoriais entre o campesinato e o agronegócio latifundiário**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

FERNANDES, Bernardo Maçano; WELCH, Clifford Andrew. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e no Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Maçano (Org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, p. 45-69, 2008.

FERNANDES, Bernardo Maçano et al. A questão agrária na segunda fase neoliberal no Brasil. **Boletim Dataluta**, Presidente Prudente, n. 109, p. 02-16, 2017.

GUILHERME, José Robério; FÉLIX, Maria Joelma; JACINTO, Maria Lucélia. **O Lagamar na vida dos Tremembé de Varjota e Tapera**. Fortaleza: Imprensa Universitária/UFC, 2014.

LIMA, Maria do Céu. Pesca artesanal, carcinicultura e geração de energia eólica na zona costeira do Ceará. **Terra Livre**, São Paulo, v. 31, p. 203-213, 2009.

MATIAS, Márcia Maria; SANTOS, Maria Ivonete dos; JACINTO, Raimundo Félix. **Luta e resistência dos Tremembé da região da mata pelo seu território**. Fortaleza: Imprensa Universitária/UFC, 2014.

MESSEDER, Marcos Luciano. **Etnicidade e diálogo político: a emergência dos Tremembé**. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal da Bahia: Salvador, 1995.

NASCIMENTO, Edileusa Santiago do. **Identidade e memória de habitantes de Fortaleza originários da comunidade Tremembé de Almofala-CE: ramos de raízes indígenas em trânsito**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, v. 02, n. 21, p. 113-156, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Revista GeoUSP**, São Paulo, v. 19, p. 228-244, 2015.

OLIVEIRA JUNIOR, Gerson Augusto. **O encanto das águas: a relação dos Tremembé com a natureza**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

PEREIRA, João Márcio; ALENTEJANO, Paulo. Terra, poder e lutas sociais no campo brasileiro: do golpe à apoteose do agronegócio. **Tempos Históricos**, Cascavel, v. 18, p. 73-111, 2014.

PORTO-ALEGRE, Maria Sylvia. Evocações da terra tirada. Memória social e consciência política na tradição oral dos índios Tremembé. **Anais do XXIV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - ANPOCS**, Petrópolis, 2000.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; ALENTEJANO, Paulo. A violência do latifúndio moderno-colonial e do agronegócio nos últimos 25 anos. **Conflitos no Campo Brasil**, Comissão Pastoral da Terra, Goiânia, p. 109-117, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter et al. Bye bye Brasil, aqui estamos: a reinvenção da questão agrária no Brasil. **Conflitos no Campo Brasil**, Comissão Pastoral da Terra, Goiânia, p. 86-98, 2015.

RIGOTTO, Raquel; BRAGA, Lara Queiroz. Indígenas Tremembé e “trabalho escravo” na monocultura do coco: relatório de um estudo sobre o conflito e as suas repercussões na saúde. **E-cadernos CES**, Porto, v. 17, p. 194-204, 2013.

SAMPAIO, José Levi et al (Orgs.). **A comunidade Tremembé: meio ambiente e qualidade de vida**. Fortaleza: INESP, 2002.

SANTOS, Maria Gilvânia; OLIVEIRA, Marize Vital de. A territorialização dos índios Tremembé: conflitos e resistências em Itarema – Ceará. **Revista da Casa de Geografia**, Sobral, v. 14, n. 01, p. 27-43, 2012.

VALLE, Carlos Guilherme do. **Terra, tradição e etnicidade: os Tremembé do Ceará**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1993.

VALLE, Carlos Guilherme do. Entre índios Tremembé e trabalhadores rurais: historicidade, mobilização política e identidades plurais no Ceará. **Revista Raízes**, Campina Grande, v. 31, n. 01, p. 45-75, 2011.

VASCONCELOS, Tereza Sandra. **Por onde andam os coqueirais? Os territórios tensionados e as tensões territoriais no estado do Ceará**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará: Fortaleza, 2015.